



**Coordenadoria de Tecnologia
da Informação e Comunicação**



Conselho de Tecnologia da Informação e Comunicação ConTIC

***106ª Reunião
11/10/2016
14h
Sala do CONSU***

Composição do Conselho de Tecnologia de Informação e Comunicação

Presidente: Prof. José Raimundo de Oliveira
Coordenador Geral da CTIC

Membros Titulares Docentes:

- Prof. Clésio Luis Tozzi
- Prof. Edevar Luvizotto Júnior
- Prof. Eduardo Galembeck
- Prof. Ivan Luiz Marques Ricarte
- Prof. José Antônio Roversi
- Prof. José Augusto Chinellato
- Prof. Rogério Custódio
- Prof. Sérgio Ferreira do Amaral

Membros Titulares Gestores:

- Sra. Cleusa Regina Manga Ribeiro Milani (Sistemas da Área de Saúde)
- Prof. Douglas Soares Galvão (Sistemas de Informações em Pesquisas)
- Sr. Marcos Zanatta (Sistemas Administrativos)
- Sra. Maria Aparecida Quina de Souza (Sistemas de Gestão de Recursos Humanos)
- Sr. Orlando Carlos Furlan (Sistemas de Gestão Acadêmica)
- Sra. Regiane Alcântara Eliel (Sistemas de Arquivos e de Bibliotecas)

Membro Titular Profissionais de TIC:

- Sr. Eduardo Trettel

Membro Consultivo:

- Sr. Rubens Queiroz de Almeida (Coordenador Adjunto da CTIC)

Membros Suplentes Docentes:

- Prof. Jônatas Manzolli
- Prof. Luiz Eduardo Barreto Martins
- Prof. Paulo de Barros Correia
- Prof. Paulo Lício de Geus

Membros Suplentes Gestores:

- Sra. Ademilde Félix (Sistemas de Gestão de Recursos Humanos)
- Sr. Sérgio Alves dos Santos (Sistemas Administrativos)
- Sra. Zilda Aparecida Rodrigues (Sistemas de Gestão Acadêmica)

Membro Suplente Profissionais de TIC:

- Sr. Sidney Pio de Campos

Sumário

1. Ata da Reunião de 13 de setembro de 2016.....	4
2. Expediente.....	10
2.1. Apresentação do CENAPAD.....	10
2.2. Justificativa de faltas.....	10
2.3. Informes.....	10
2.4. Encurtador de URL para a Unicamp, domínio unica.mp.....	10
2.5. Proposta para custeio da infraestrutura da rede sem fio Eduroam.....	11
2.6. Demanda COPEI de elaboração de plano de trabalho para Centralização de Data-centers Administrativos.....	12
2.7. Proposta de resolução GR visando estabelecer diretrizes e definição do uso de assinaturas nos documentos arquivísticos digitais da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ).....	13
3. Ordem do Dia.....	17
3.1. Solicitação de criação do domínio “mskhemofilia.org” com aprovação Ad Referendum.....	17

1. Ata da Reunião de 13 de setembro de 2016

1 ATA DA 105ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE
2 ESTADUAL DE CAMPINAS, realizada em 13 de setembro de 2016, com início às 14h09 na
3 sala do CONSU, sob a presidência do Prof. José Raimundo de Oliveira e com o compareci-
4 mento dos membros titulares Prof. Clésio Tozzi, Prof. Eduardo Galembeck, Prof. José An-
5 tônio Roversi, Prof. Rogério Custódio, Sra. Cleusa Milani; dos membros suplentes, Prof.
6 Paulo Lício de Geus, e Sr. Sidney Pio de Campos; do membro consultivo do Conselho, Sr.
7 Rubens Queiroz de Almeida. Compareceram como convidados: Sr. Paulo Eduardo Fávero,
8 da DAC; Sr. João Carlos Curti, da DGRH; Sr. Carlos Fernando Papotti, do Gastrocentro, Sr.
9 Fábio Mengue, do HC, Sr. Marcelo Solha, do CAISM, Sr. André Ormenese, do Hemocentro,
10 Sra. Valéria dos Santos Gouveia Martins, da SBU e Sra. Nelma Aparecida Magdalena Mon-
11 ticelli, da PRDU. O **Prof. José Raimundo** deu início à reunião convidando a **Sra. Cleusa**
12 **Milani** para fazer a apresentação da Área de Saúde. Após a apresentação, o **Prof. José**
13 **Raimundo** apontou o crescimento do trabalho da área apresentada. Destacou a abran-
14 gência de atuação do Hemocentro, reforçado pela **Sra. Cleusa Milani** que disse ser um
15 centro de referência muito importante. O **Prof. José Antônio Roversi** perguntou se há
16 previsão de entrar em operação o novo sistema que será implantado no HC. A **Sra. Cleu-**
17 **sa Milani** disse que nessa semana uma equipe do HC estava fazendo um treinamento no
18 Hospital de Porto Alegre e que já foi feita a instalação do sistema no HC da Unicamp.
19 Ressaltou que um sistema de gestão hospitalar é algo muito complexo e trabalhoso, ha-
20 vendo necessidade de conversão de dados cautelosa e eficiente. Previu de 2 a 3 anos de
21 trabalho para que o sistema esteja funcionando adequadamente. O **Prof. José Raimun-**
22 **do** perguntou qual gerenciador de banco de dados será utilizado. A **Sra. Cleusa Milani**
23 comentou que em Porto Alegre usam o Oracle, mas existe a possibilidade de usar o Post-
24 gresql. O **Sr. Fábio Mengue** confirmou a informação de que o hospital de Porto Alegre
25 utiliza até hoje o sistema Oracle apesar de ser mais antigo, mas estão migrando para um
26 sistema em Java, possibilitando tanto o uso do Oracle como Postgresql. Informou que o
27 HC da Unicamp está instalando essa nova versão que entra em uso a partir do ano que
28 vem. O **Prof. José Raimundo** informou que o HC está ligado ao backbone do CCUEC, mas
29 passará a ter uma ligação redundante, por fibra, com o Centro de Computação. O **Sr. Ru-**
30 **bens Queiroz** acrescentou que a contratação da empresa está nos trâmites finais e que
31 fará uso de recursos FAPESP. Ao fim dos comentários e esclarecimentos, o **Prof. José Rai-**
32 **undo** colocou em discussão a ata da reunião de 18 de agosto de 2016, que colocada em
33 votação, foi aprovada com duas abstenções. Manifestou sua preocupação com a forma-
34 ção do quórum devido ao grande número de membros ausentes. Justificou as faltas e
35 passou para os informes. Não houve informes dos Sistemas Administrativos, da Área de
36 Saúde, da Informação em Pesquisas, Gestão Acadêmica, Arquivos e Biblioteca e Gestão
37 de Recursos Humanos. Também não houve informes do FTC para Assuntos de Segurança
38 da Informação. Com relação ao FTC para Assuntos de Nuvem Computacional disse que fa-
39 riria as considerações no próximo tópico do Expediente. Não houve informes do CCUEC.
40 Nos informes da CTIC o **Prof. José Raimundo** abordou sete itens. No primeiro item ques-
41 tionou sobre o projeto Kyatera, dizendo que muitos equipamentos não estão com os seus
42 leds acesos. Perguntou ao Prof. José Antônio Roversi o que sabia sobre o assunto. O **Prof.**
43 **José Antônio Roversi** disse que o projeto está sem comunicação e por isso desligado.
44 Isso ocorre porque está aguardando o término da construção do prédio que disporá uma
45 sala para seu abrigo. Disse também que no dia seguinte teria uma reunião com o novo
46 coordenador e então terá informação sobre os prazos para término do prédio e conse-
47 quentemente a ativação do projeto. O **Prof. José Raimundo** ressaltou que não era uma
48 cobrança, que apenas precisa diagnosticar a situação, pois o Kyatera está ocupando um

49 ponto de conexão importante, além de ocupar grande espaço. Falou para conversarem
50 novamente e definirem uma forma útil de utilização para todos. O **Prof. José Antônio**
51 **Roversi** explicou que a linha com São Paulo era para fins experimentais, ligando labora-
52 tórios. Porém os atuais laboratórios que usam o Kyatera não têm mais a integração pro-
53 posta inicialmente, não sendo utilizada toda a banda programada. Se dispôs a levar o
54 tema para a reunião com o novo coordenador e dar continuidade ao assunto. Adiantou
55 que a previsão do término do prédio é em março de 2017. O **Prof. José Raimundo** pas-
56 sou para o segundo item que tratava sobre o sistema de votação eletrônico da CIPA. In-
57 formou que todos devem ter recebido um e-mail informativo e que será a primeira vez
58 que utilizarão esse tipo de sistema, que veio para substituir a votação em papel. O siste-
59 ma utilizado é o *Helios Voting* e nele foram criados alguns recursos para que fosse ade-
60 quado ao uso na Unicamp. Um deles é o sistema de cadastro preliminar do usuário, de
61 forma que faça a validação do e-mail correto do eleitor. Alertou que quem não fizer o
62 cadastro do e-mail no sistema, poderá votar em papel. Outro ponto é o cadastro de se-
63 nha que será gravada criptografada na base de dados, para aumentar a segurança. Em
64 contrapartida, será impossível recuperar a senha, caso seja esquecida. Para ajudar o
65 usuário, será registrada uma frase de recordação. Disse que a cada nova eleição exigirá
66 o cadastramento de uma nova senha. A **Sra Ademilde Félix Gomes** se mostrou preocupa-
67 da com a real possibilidade de esquecimento da senha e a conseqüente ausência do voto
68 do servidor, considerando o número de aproximadamente 10.000 funcionários. O **Prof.**
69 **José Raimundo** explicou que até o dia 05 de outubro existe a possibilidade de cadastrar
70 uma nova senha. Após esta data, caso o usuário não lembre sua senha, não conseguirá
71 votar, incorrendo nas penalidades previstas. O **Prof. Clésio Tozzi** levantou a dúvida se o
72 e-mail recebido pedia apenas cadastro de senha ou confirmação do endereço de e-mail.
73 O **Prof. José Raimundo** respondeu que ao receber o e-mail e entrar para cadastrar uma
74 senha, o usuário também confirmará o e-mail. O **Prof. Paulo Lício** falou que o esqueci-
75 mento da senha se assemelha ao esquecimento do número do candidato. O **Prof. José**
76 **Antônio Roversi** discordou dizendo que o eleitor pode votar em branco e registrar seu
77 voto. O **Prof. Paulo Lício** concordou e disse achar absurdo o voto ser obrigatório. O **Prof.**
78 **José Raimundo** sugeriu ver com a CIPA ou DGRH uma justificativa para esses casos, com
79 o intuito de não penalizar o funcionário que esqueceu a senha. O **Prof. José Antônio Ro-**
80 **vers** perguntou se pode considerar voto nulo. O **Prof. José Raimundo** respondeu que
81 não. Perguntou à Sra Ademilde se já existe algum tipo de justificativa para ausência do
82 voto. A **Sra Ademilde Félix Gomes** respondeu que sim, para motivos como férias, licença
83 prêmio e docente no exterior, mas que poderia encaminhar um pedido. Lembrou do pro-
84 blema, de como atestar esses casos. O **Prof. José Antônio Roversi** voltou ao assunto do
85 envio do e-mail e questionou sobre a possibilidade de outra pessoa acessá-lo. O **Prof.**
86 **José Raimundo** falou que o cadastro da senha exige o preenchimento de algumas infor-
87 mações pessoais e que o link é específico por usuário, dificultando seu uso por outras
88 pessoas. O **Sr. Sidney Pio de Campos** falou que uma das políticas de segurança é não en-
89 viar links por e-mail. Por conta disso, no mesmo dia recebeu várias ligações questionan-
90 do o e-mail de cadastramento de senha, que solicitava clicar em um link. Enviou então
91 e-mail a todos servidores dizendo que o e-mail era legítimo. Disse também que valeria a
92 pena pensar, a médio prazo, em se usar o SISE para esse fim. O **Prof. Clésio Tozzi** levan-
93 tou a possibilidade do endereço de e-mail não corresponder a pessoa correta e ser usado
94 para cadastramento de senha e voto ilegítimo. O **Prof. José Raimundo** lembrou que o
95 endereço de e-mail utilizado é o que está cadastrado no sistema Vida Funcional Online
96 do DGRH e sugeriu continuar essa discussão com os peritos. O **Sr. Sidney Pio de Campos**
97 comentou que o envio desse e-mail teve um problema técnico, pois estava com seu ca-
98 beçalho duplicado, gerando problemas para sua entrega. O **Sr. Rubens Queiroz** mencio-

99 nou as duas linhas, demonstrando essa questão. O **Prof. José Raimundo**, após discus-
100 sões, esclareceu que será feito um trabalho juntos às unidades, incentivando a divulga-
101 ção sobre o novo sistema de voto e a importância de atender a solicitação do cadastra-
102 mento de senha feita por e-mail. O **Sr. Rubens Queiroz** falou que estatisticamente uma
103 campanha feita por e-mail tem sucesso de apenas 5%, recomendando o uso de comunica-
104 dos impressos para esta finalidade. O **Prof. José Raimundo** passou para o terceiro item
105 que tratava sobre o uso da conta pessoal no Facebook para conectar-se à rede sem fio
106 da Unicamp, que teve seu uso iniciado na semana da UPA. Informou que após esse teste,
107 que foi bem-sucedido, o acesso à rede Unicamp-Visitante poderá ser feito por meio da
108 identificação usada na rede social. O **Sr. Rubens Queiroz** alertou que os serviços libera-
109 dos nesta rede são restritos. O **Prof. José Raimundo** informou que foi um trabalho de-
110 senvolvido pela equipe de segurança de redes do CCUEC. No quarto item o **Prof. José**
111 **Raimundo** falou sobre o sistema de assinatura digital que permite múltiplas assinaturas
112 num mesmo documento. Informou que o sistema ICPEdu da RNP também está estrutura-
113 do para uso desse recurso. O **Prof. José Antônio Roversi** perguntou o custo de geração
114 dos cartões. O **Prof. José Raimundo** respondeu ser de R\$ 150,00, com validade de 3
115 anos. No quinto item o **Prof. José Raimundo** relatou sobre a adoção de software aberto
116 para soluções de spam. Disse que esse sistema está bloqueando em média 6 milhões de
117 mensagens por mês das 9 milhões recebidas, diminuindo consideravelmente o número de
118 spans que chegam à caixa postal dos usuários. Reforçou tratar-se de um mecanismo de
119 código aberto, sem custo e com resultado satisfatório. Passando para o sexto item, falou
120 sobre a segurança física dos datacenters do Centro de Computação e os demais dentro
121 do campus. Justificou a preocupação por conta da radicalização dos movimentos sociais
122 enfrentados atualmente pela universidade. Falou que estão sondando a possibilidade de
123 contratação de assessorias de segurança de datacenters. No sétimo e último informe da
124 CTIC, o **Prof. José Raimundo** demonstrou a preocupação com o futuro do ConTIC. Lem-
125 brou que faz 10 anos que esse conselho foi estabelecido pela Resolução GR - 21/2006 de
126 23 de março de 2006 e que faz 3 anos e 1 dia que participou de sua primeira reunião,
127 quando observou a importância de alguns indicativos, mesmo que simbólicos, como por
128 exemplo, a realização das reuniões na sala do CONSU, caracterizando comprometimento
129 da administração central com os assuntos referentes à tecnologia da informação e comu-
130 nicação. Falou que na ata da primeira reunião que participou, estão sinalizadas algumas
131 conquistas do ConTIC, como por exemplo, assento na COPEI e passar a ser vinculado a
132 CGU. Voltou à sua preocupação, mencionando a fase de mudança de gestão que se apro-
133 xima. Disse ser importante consolidar o que já foi conquistado e aumentar a importância
134 do ConTIC. Disse ser importante evoluir na participação efetiva dos órgãos de Pró-Reitoria,
135 envolvimento mais direto da CGU, fazendo do ConTIC um agente muito ativo na go-
136 vernança de TI. Solicitou sugestões para manutenção e evolução desse conselho. Como
137 ninguém se manifestou, pediu que refletissem sobre o assunto e que ficaria no aguardo
138 dessas sugestões. Passou para item 2.4 do EXPEDIENTE que tratava sobre as aquisições
139 do Projeto Nuvem apresentando uma planilha que demonstrava os valores e situação dos
140 assuntos e necessidades do projeto. Lembrou que o projeto teve início em 2014, quando
141 foi elaborado de forma multidisciplinar com foco na tecnologia e que, após ser aprovado
142 pela COPEI e pelo CONSU, foi então submetido ao programa CTINFRA da FINEP. Em agos-
143 to de 2016 foi recebida a notícia da aprovação do projeto, com recursos de
144 R\$ 8.400.000,00. Disse que a verba ainda não veio e que ainda não existe uma previsão
145 sua liberação. Relatou que foi informado que esse projeto foi muito elogiado na FINEP.
146 Falou que enquanto isso já estão implantando o que chamam de embrião da nuvem, num
147 modelo de computação modular escalável. Para isso estão usando recursos da universi-
148 dade. Além disso, foram doados equipamentos pelo SERPRO para uso em treinamentos e

149 pesquisas, gerando apenas o custo do seu transporte de São Paulo até a Unicamp. Disse
150 que alguns custos já estavam previstos em planejamentos específicos. Explicou que a
151 aquisição de solução de armazenamento de dados corporativos foi adquirida com os re-
152 cursos que já tinham, num preço bem abaixo do mercado, assim como a aquisição de
153 equipamento para o piloto do projeto nuvem Unicamp e banco de dados. Falou sobre as
154 despesas com treinamentos básicos em ambiente de computação em nuvem, que serão
155 necessários apenas quando estiver concluída a aquisição dos equipamentos. Entre os de-
156 mais itens, destacou a compra de nobreaks, por serem caros. Concluiu dizendo que essas
157 aquisições giram em torno de R\$ 6.000.000,00, mas que as despesas feitas até o momen-
158 to estão em torno de R\$ 3.000.000,00. O **Prof. Paulo Lício** perguntou se tudo foi feito
159 independente da aprovação da FINEP. O **Prof. José Raimundo** respondeu que sim. O **Sr.**
160 **Rubens Queiroz** complementou dizendo que alguns itens ainda estão tramitando, dando
161 como exemplo a compra dos nobreaks, que passarão por pregão, abrindo a possibilidade
162 de comprá-los por valor menor. Ressaltou que a previsão do uso dos R\$ 6.000.000,00 era
163 apenas para compras de equipamentos, mas com o andar do processo e as economias ob-
164 tidas, será possível ampliar o projeto realizando aquisições que não estavam previstas
165 originalmente. Ressaltou o uso de tecnologia hiperconvergente, que permite a evolução
166 dos serviços usando a estrutura existente, otimizando assim os recursos utilizados. Não
167 havendo mais perguntas, o **Prof. José Raimundo** encerrou o Expediente e passou para a
168 Ordem do Dia. No primeiro item que se tratava da unificação de acesso aos sistemas ad-
169 ministrativos, iniciou sua fala lembrando que assim que assumiu a coordenação da CTIC,
170 há 3 anos, foi cobrado por um docente que existisse apenas uma senha para acessar os
171 diversos sistemas que utilizava. Disse que recentemente chegou a mesma solicitação
172 pela PRDU e que em uma conversa que teve com essa Pró-Reitoria, lamentou que muitas
173 das ações do ConTIC não eram disseminadas na Unicamp. Em função disso, gerou-se uma
174 recomendação ConTIC que será encaminhada para ser analisada e aprovada pela admi-
175 nistração superior, provavelmente pela CAD. O **Prof. José Raimundo** solicitou que a Sra.
176 Nelma fizesse algum comentário sobre a sugestão que partiu da PRDU. A **Sra. Nelma** co-
177 mentou que a PRDU está recebendo muitas solicitações de melhorias em relação ao uso
178 de senhas de acesso aos sistemas e que compareceu à reunião como ouvinte para acom-
179 panhar as discussões e entender quais são as dificuldades e propostas do conselho, para
180 que a PRDU possa encaminhar à CAD para uma deliberação. O **Prof. José Raimundo** ex-
181 plicou que a discussão sobre o assunto foi iniciada na última reunião do ConTIC, quando
182 foi decidido fazer a minuta, em pauta. Disse que a discussão continua aberta a novas su-
183 gestões. A **Sra. Cleusa Milani** disse que passa por dificuldades em relação ao formato
184 complexo da senha do SISE. O **Prof. Paulo Lício** comentou que a reclamação é por ser
185 extensa, mas acredita que a restrição do sistema não é grande. Perguntou quantos ca-
186 racteres são necessários. **Sra. Cleusa Milani** explicou que o problema maior não é a
187 quantidade de caracteres, mas sim as especificações mínimas para a senha ser aceita. O
188 **Prof. Paulo Lício** disse não saber qual seria solução para simplificar isso, a não ser o uso
189 de biometria através de telefones celulares. O **Prof. José Raimundo** reforçou que o item
190 em pauta naquele momento era a proposta de implantação de senha única, mas lembrou
191 que em paralelo ao processo de unificação das senhas, há a necessidade de formar um
192 Grupo de Trabalho que proporá as diretrizes de implantação dessa melhoria, bem como
193 as políticas envolvidas, porém até o momento não houve manifestação alguma de volun-
194 tários para esse fim. Mencionou que dentre as melhorias que poderiam ser propostas, se-
195 ria o uso de autenticação multifator, como o Prof. Paulo Lício comentou, em que o usuá-
196 rio precisa conhecer a senha, possuir um token e usar sua biometria. A combinação de
197 pelo menos 2 desses fatores se faz necessária para garantir a segurança. O **Prof. José**
198 **Raimundo** lembrou ainda que uma das demandas é a de não exigir mais o recadastra-

199 mento das senhas a cada 6 meses, visto que os sistemas atuais já garantem a segurança
200 necessária. O **Prof. José Antônio Roversi** retomou o item da pauta dizendo que a reco-
201 mendação deveria ser feita de imediato e que em segundo passo devem trabalhar as im-
202 plicações, envolver uma equipe técnica e analisar os sistemas legados e tipo de cripto-
203 grafias envolvidas, para conseguirem viabilizar um sistema de senha única. O **Prof. Edu-
204 ardo Galembeck** reforçou que o momento era para aprovação da recomendação, mas
205 que deveria ser feita uma consulta junto às pessoas que administram os sistemas, para
206 levantar as necessidades não atendidas pelo Centro de Computação. O **Prof. José Rai-
207 mundo** ressaltou que um dos fatores ligados aos sistemas legados é o tamanho do nome
208 do usuário (*username*), que atualmente tem o limite de 8 caracteres, sendo um outro fa-
209 tor a ser revisto. O **Sr. Paulo Fávero** compartilhou sua experiência, dizendo que o SISE
210 tem atualmente, em torno de 82.000 registros de senhas, sendo que 66.000 são de alu-
211 nos. Portanto qualquer alteração no sistema de segurança das senhas, tem um reflexo
212 direto na DAC, devido aos seus sistemas de segurança não serem geridos pela internet.
213 Entende que as senhas precisam ser unificadas e o sistema melhor gerido, mas tendo cri-
214 térios e estabelecendo normas que considerem todas as possíveis situações e perfis de
215 usuários. Acredita que o problema maior está além da unificação das senhas, atingindo a
216 forma de como as políticas são estabelecidas. Se mostrou preocupado com o fato de al-
217 guns usuários compartilharem sua senha com terceiros, pois no caso de estar unificada,
218 dará acesso às outras informações e ações, quebrando a segurança dos sistemas. O **Sr.
219 Rubens Queiroz** relatou que a segurança da senha está diretamente relacionada ao seu
220 tamanho e que a regra de formação é bastante simples. Senhas longas e fáceis de me-
221 morizar são muito seguras. O **Prof. José Raimundo** concordou que o tamanho da senha
222 está ligado a segurança. Reforçou que o grupo de trabalho que está propondo, discuta os
223 mecanismos viáveis a todos e seguros. Sobre a colocação do Sr. Paulo Fávero, opinou ser
224 de uma irresponsabilidade muito grande o ato de um professor passar sua senha a tercei-
225 ros para executar tarefas próprias do docente. O **Prof. Eduardo Galembeck** disse que se
226 resolver a questão da senha única pelo menos nos departamentos da reitoria, já será
227 uma grande solução e ponto de partida, considerando o uso que se faz dos sistemas. A
228 **Sra. Nelma** perguntou ao Sr. Rubens Queiroz se faz-se a transferência a base para a uni-
229 dade usar ou fica na central do Centro de Computação. O **Sr. Rubens Queiroz** respondeu
230 que a base fica no site do CCUEC e a aplicação é garantida por uma conexão criptografa-
231 da, se autenticando nos servidores do CCUEC. A **Sra Nelma** perguntou também se tem
232 muitas unidades usando e o grau de satisfação. O **Sr. Rubens Queiroz** respondeu que vá-
233 rias unidades estão usando e os pedidos chegam com frequência. Não recebeu reclama-
234 ção alguma até o momento. A **Sra. Nelma** questionou ainda se a recomendação proposta
235 já se baseia em algum panorama ou se precisa de um estudo mais aprofundado antes
236 desse passo. O **Sr. Rubens Queiroz** respondeu que implantar a autenticação utilizando o
237 serviço oferecido pelo CCUEC é bem simples e que acredita não ser necessário nenhuma
238 ação adicional, com exceção dos sistemas legados. A **Sra Cleusa Milani** expôs que no
239 caso da área da saúde, existem usuários externos que não se encaixam nas normas por
240 não terem vínculo com a Unicamp. O **Prof. Paulo Lício** sugeriu agregar sua base de au-
241 tenticação de usuários com outra através do sistema LDAP. Lembrou que o sistema vetor
242 do DGRH não comporta essa ferramenta. O **Sr. João Carlos Curti** esclareceu que o siste-
243 ma vetor é um ERP comprado, e tem todas amarrações com os usuários locais de abran-
244 gência. Disse que não é impossível usar o LDAP, apenas daria trabalho por estar amarra-
245 do aos dados das contas dos usuários (servidores e unidades). Lembrou que cada pessoa
246 apesar de ter uma só identidade, pode desenvolver vários papéis simultâneos, como por
247 exemplo, um funcionário que é aluno também. Concluiu dizendo ser necessário a análise
248 dos impactos que podem ocorrer devido à diversidade da comunidade da Unicamp. O

249 **Prof. Paulo Lício** voltou ao assunto do grupo de trabalho, para dar andamento às diver-
250 sas questões e necessidades apontadas por todos, se voluntariando para fazer parte des-
251 se grupo. O **Prof. José Raimundo** afirmou que pela última vez pedirá a manifestação de
252 voluntários para então partir para uma busca de membros de forma mais incisiva, apon-
253 tando a necessidade da participação de alguns. Retomou à pauta, e a minuta da reco-
254 mendação sobre a unificação de acesso aos sistemas administrativos foi colocada em vo-
255 tação e aprovada por unanimidade. O **Prof. José Raimundo** retomou o assunto do grupo
256 de trabalho e fechou sua formação compondo-o por membros da DAC, DGRH, DGA, SBU,
257 CCUEC e IC, nesse caso já estabelecido como sendo o Prof. Paulo Lício. Ao final da dis-
258 cussão o Prof. Paulo Lício sugeriu fazer reuniões periódicas nas unidades com o objetivo
259 de explicar o uso e as possíveis mudanças que ocorrerão. Não tendo mais a tratar, a reu-
260 nião foi encerrada às 16h20.

2. Expediente

2.1. Apresentação do CENAPAD

2.2. Justificativa de faltas

Serão apresentadas no momento da reunião.

2.3. Informes

- dos inscritos
- Sistemas Administrativos
- Sistemas da Área de Saúde
- Sistemas de Informação em Pesquisas
- Sistemas de Gestão Acadêmica
- Sistemas de Arquivos e Bibliotecas
- Sistemas de Gestão de Recursos Humanos
- Fórum Técnico Consultivo para Assuntos de Segurança da Informação
- Fórum Técnico Consultivo para Assuntos de Nuvem Computacional
- CCUEC
- CTIC

2.4. Encurtador de URL para a Unicamp, domínio unica.mp

A comunidade universitária geralmente faz uso do encurtador de URLs da Google para gerar endereços mais curtos para divulgação de eventos, simpósios e outros promovidos pela comunidade Unicamp. O Prof. Wander José da Silva, da FOP, realizou o cadastro do domínio **unica.mp** com o objetivo de fornecer um encurtador de URLs que possua identificação com a Unicamp. O domínio está a disposição para uso institucional e para tal o registro do domínio nos servidores DNS da Unicamp precisa ser aprovado. O serviço será configurado de maneira a aceitar apenas encurtamento de URLs de serviços dentro da rede da Unicamp.

2.5. Proposta para custeio da infraestrutura da rede sem fio Eduroam



Campinas, 30 de setembro de 2016

Ref.: Proposta para custeio da infraestrutura da rede sem fio

Este documento tem o como propósito apresentar uma proposta para custeio da infraestrutura da rede sem fio na Unicamp, que engloba:

- infraestrutura de telecomunicações utilizada para a conexão dos pontos de acesso externos;
- contratos de suporte e manutenção dos equipamentos que compõem a rede sem fio eduroam, incluindo controladores WLAN e pontos de acesso;
- controladores WLAN e pontos de acesso instalados e gerenciados pelo CCUEC;

A proposta se baseia no acréscimo na taxa de manutenção da telefonia (cobrada por ramal) como forma de disponibilização de recursos para manutenção da rede de dados da Unicamp, com prioridade no custeio da rede sem fio. Dessa forma, o rateio dos custos com a manutenção seria proporcional, ou seja, unidades com maior número de ramais instalados, e que possuem conseqüentemente um maior número de usuários aptos a utilizar a rede sem fio eduroam na universidade, teriam um custo maior que unidades com poucos ramais.

Dessa forma, busca-se garantir investimentos que serão revertidos para os contratos de suporte dos equipamentos instalados, a garantia da disponibilidade da rede sem fio como apoio ao projeto Campus Tranquilo, a utilização por toda a comunidade Unicamp (universalização), a convergência da telefonia x rede de dados IP (VoIP) e futura disponibilização de aplicativos móveis voltados à telefonia.

A ideia é aumentar o valor referente à Taxa de Manutenção (atualmente R\$ 10,50), com o acréscimo de R\$ 1,50, que seriam revertidos para o custeio da rede de dados, prioritariamente atendendo à rede sem fio.

A distribuição dos recurso recolhidos seria realizada da seguinte forma: o valor arrecadado mensalmente seria de R\$ 12.000,00, dos quais R\$ 7.000,00 seriam destinados para custos fixos com contratos de manutenção e suporte dos equipamentos da rede sem fio, e os R\$ 5.000,00 restantes seriam destinados a eventuais manutenções na infraestrutura física da rede sem fio.

Para operacionalizar as manutenções seria necessária a contratação de empresa especializada, que prestaria os serviços sob demanda, tanto no caso de manutenções corretivas, quanto na instalação de novos pontos de acesso. Isso traria agilidade no restabelecimento do serviço.

Cabe ressaltar que não estamos tratando neste modelo de questões referentes à depreciação dos equipamentos da solução de rede sem fio. Desta forma, futuras expansões e atualizações de tecnologia dependerão de investimentos exclusivos para tal finalidade. Uma alternativa para este caso seria aproveitar o eventual saldo restante ao final do ano como parte de um fundo de reserva, que seria utilizado na aquisição ou substituição de equipamentos.

2.6. Demanda COPEI de elaboração de plano de trabalho para Centralização de Datacenters Administrativos



Coordenadoria Geral da Universidade
Universidade Estadual de Campinas
Caixa Postal 6194
13083-970, Campinas, SP
Tel (19) 3521-4726
Fax (19) 3521-4798
<http://www.cgu.unicamp.br>

Inf.CGU.COPEI - 6/2016

Cidade Universitária Zeferino Vaz
22 de setembro de 2016

Informamos que o Projeto Estratégico Planes 2016 – 2020 – Centralização de Datacenters Administrativos – CTIC - “Vínculos com as estratégias corporativas E6 – Governança Corporativa; E8 – Gestão orçamentária e financeira; E9 - Gestão por Processos; E10 – Gestão de Pessoas, foi apreciado por todos os membros da COPEI, durante a 123ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 20 de setembro de 2016.

A Copei demanda do CTIC a elaboração de um plano de trabalho com um cronograma para implantação da centralização dos data centers vinculados à administração, com garantia de qualidade de atendimento. Este plano deve contemplar, caso seja necessário, todos os protocolos de atendimento e os tipos de serviços a serem prestados pelo CCUEC. O cronograma deve prever a completa transferência destes data centers no prazo máximo de 24 meses.

Solicita-se ainda ao CONTIC que proponha normas para instalação de novos data centers na Unicamp.

Encaminhamos ao Prof. Dr. José Raimundo – Coordenador da CTIC para providências cabíveis.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Alvaro Penteadó Crósta
Coordenador Geral
Presidente da COPEI

2.7. Proposta de resolução GR visando estabelecer diretrizes e definição do uso de assinaturas nos documentos arquivísticos digitais da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ)

Resolução GR-XXX/2011, de xx/xx/2016

Reitor: XXXXX

Estabelece diretrizes e define o uso de assinaturas nos documentos arquivísticos digitais da Universidade Estadual de Campinas, e demais procedimentos.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para efeitos no disposto nesta Resolução considera-se:

1. As disposições da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, destacando-se o Artigo 10 § 2º

2. - Assinatura digital - modalidade de assinatura eletrônica, resultado de uma operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento. Os atributos da assinatura digital são: a) ser única para cada documento, mesmo que seja o mesmo signatário; b) comprovar a autoria do documento digital; c) possibilitar a verificação da integridade do documento; d) assegurar ao destinatário o “não repúdio” do documento digital, uma vez que, a princípio, o emitente é a única pessoa que tem acesso à chave privada que gerou a assinatura.

3. Assinatura eletrônica - Marca digital que tem a função de uma assinatura, está anexada ou logicamente associada a um documento arquivístico, e é usada por um signatário para assumir a responsabilidade pelo (ou dar consentimento ao) conteúdo do documento.

4. Autenticação - Declaração de que um documento é autêntico, ou de que uma cópia reproduz fielmente o original, feita num determinado momento por pessoa jurídica com autoridade para tal (servidor público, notário, autoridade certificadora).

5. Autenticidade - Credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e de que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção. Ver também autenticação; certificado de autenticidade, carimbo digital de tempo

Para estudos: acho que tínhamos que colocar alguma coisa desta ISO...

A ISO 15.489-1 considera que, para assegurar a autenticidade do documento arquivístico, a instituição deve implementar e documentar políticas e procedimentos que controlem a criação, recepção, transmissão, manutenção e descarte dos documentos arquivísticos a fim de assegurar que seus criadores estejam autorizados e identificados e os documentos protegidos contra acréscimos, apagamento, alteração, uso ou encobrimento não autorizados (ISO 15.489-1, 2001, p.7, tradução nossa)

Essas ações permitem à instituição custodiadora afirmar que, desde que esteve sob sua custódia, o documento não sofreu qualquer alteração que não fosse necessária à sua

preservação ao longo dos anos e que essas modificações foram adequadamente aprovadas e documentadas quando da sua execução. Esses procedimentos tornam, portanto, a assinatura digital dispensável no âmbito da preservação digital (Atenção no ambiente de produção sim, pode ser necessário)

6. Autoridade certificadora - Organização que emite certificados digitais obedecendo às práticas definidas na Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP).

7. Certificação digital - Atividade de reconhecimento em meio eletrônico que se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação. Esse reconhecimento é inserido em um certificado digital por uma autoridade certificadora.

8. Certificado de autenticidade - Declaração escrita em que se atesta a autenticidade das reproduções dos documentos arquivísticos digitais, emitida pela instituição responsável por sua preservação.

9. Certificado digital - Conjunto de dados de computador, gerados por uma autoridade certificadora (AC), que se destina a registrar, de forma única, exclusiva e intransferível, a relação existente entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação.

10. Função hash - É um método "algoritmo" para transformar dados de tal forma que o resultado seja (quase) exclusivo. Além disso, funções usadas em criptografia garantem que não é possível a partir de um valor de hash retornar à informação original.

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução estabelece diretrizes e define procedimentos que deverão ser adotados por todos os órgãos e unidades da Universidade Estadual de Campinas, a fim de assegurar o uso da assinatura digital como um elemento que assegure a autoria, a integridade e a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais produzidos e/ou recebidos em decorrência do cumprimento de suas atribuições.

Art. 2º A comprovação de autoria e integridade de documentos arquivísticos digitais produzidos pela universidade poderão ser emitidas por meio de:

- a) Utilização de sistema de segurança que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha;
- b) Adoção de função ou código hash, especialmente desenvolvidos com o uso de algoritmos consolidados, visando a identificação de arquivos e informações sobre o autor do documento e origem, em casos de documentos arquivísticos que precisem ser verificados externamente. Ex. Diploma, Holerites;

- c) Certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos por essa Infraestrutura, em casos do uso de sistemas externos que assim o exigirem;
- d) Certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa - ICP-Edu, observados os padrões definidos por essa Infraestrutura, em casos do uso de transações externas que assim o exigirem;
- e) Para assinaturas coletivas, e com base em acordo entre as partes, pode-se adotar o uso de comprovação eletrônica/digital (hash e certificação) de autoria de um responsável (Exemplo: presidente de bancas, presidentes de congregações ou conselhos, diretores de unidades e órgãos), mantendo-se nos documentos os nomes de todos os participantes;
- f) Os usuários externos que utilizam sistemas da universidade para produção de documentos (relatórios, pareceres), deve firmar um acordo explícito, como o uso de um termo inserido no próprio sistema, no momento da emissão da identificação e da senha, das condições em que os documentos serão assinados; (por exemplo pelo presidente da banca etc..)
- g) Os sistemas que produzem documentos arquivísticos na universidade devem extrair um arquivo em formato, com metadados de identificação (de autor e descrição do contexto e do documento), padronizados pelo SIARQ-UNICAMP para transferência ao Sistema de Gestão de Documentos da Unicamp – SIGAD-UNICAMP do SIARQ/Arquivo Central, a fim de assegurar a autenticidade pelo tempo que se fizer necessário.

Referências:

Medida Provisória nº 2.200-2

1. A Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências, em especial destaque para o

“ Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 6º A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos e da assinatura, nos processos administrativos eletrônicos, poderão ser obtidas por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos por essa Infraestrutura.

§ 1º O disposto no caput não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a situações que permitam identificação simplificada do interessado ou nas hipóteses legais de anonimato.

3. Ordem do Dia

3.1. Solicitação de criação do domínio “mskhemofilia.org” com aprovação Ad Referendum

OFÍCIO: 28/2016

ASSUNTO: Criação do domínio “mskhemofilia.org”

INTERESSADO: Hemocentro

DECISÃO ConTIC D-11/2016 – Ad Referendum

A solicitação de criação do domínio *mskhemofilia.org*, é aprovada Ad referendum do Conselho de Tecnologia de Informação e Comunicação – ConTIC, tendo em vista que atende ao disposto no Inciso III do Artigo 44 da Seção IX do Capítulo II da Resolução GR 52/2012, assim como à Instrução Normativa ConTIC IN-01/2014.

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
03 outubro de 2016

Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira
Presidente



Campinas, 19 de Setembro de 2016.

CI – HEMO/COORD. Nº 028/16

Sr. Prof. Dr.
José Raimundo de Oliveira
Coordenador da CTIC

Assunto: Publicação de Nomes de Domínios - Hemocentro

Prezado senhor,

Solicito autorização para publicar um domínio referente a um sistema web de pesquisa no qual conta é coordenado por Prof. Dra. Margareth Castro Ozello, diretora da unidade de hemofilia do Hemocentro. O sistema é colaborativo e tem como membros participantes instituições de vários países. O domínio sugerido será mskhemofilia.org. O domínio poderá ser divulgado pelo Hemocentro, pois possui servidor de DNS autoritativo.

Segue uma breve descrição do trabalho realizado pelo sistema.

Ao longo de 5 anos, a equipe multidisciplinar da Unidade de Hemofilia "Cláudio Luiz Pizzigatti Corrêa", desenvolveu um projeto intitulado: *M.A.D.E. in Brazil - Mensurando, Analisando, Disseminando e Educando* – a forma de corrigir, prevenir e otimizar o tratamento musculoesquelético de pessoas com hemofilia no Brasil. Trabalhamos na elaboração de material educativo (impresso e áudio-visual), capacitação de pacientes, famílias, profissionais do ambiente escolar e da sociedade em geral. Além disso, outro fruto deste projeto foi a criação de um software musculoesquelético.

A utilização deste recurso tem potencial de funcionar como amplo banco de dados, baseado e adaptado às avaliações musculoesqueléticas mais utilizadas em hemofilia, com o objetivo de facilitar a implementação de estratégias de prevenção e tratamento da condição musculoesquelética de pacientes com hemofilia no Brasil e no mundo.

Esta ferramenta foi criada e adaptada dos instrumentos de avaliação mais utilizados em hemofilia. Permite através dos registros, o acompanhamento a longo prazo dos pacientes inseridos e facilita a obtenção dos escores, uma vez que estes são calculados automaticamente. Além disso, existe a possibilidade de solicitar relatórios para acompanhar a evolução de um paciente específico ou de grupos; de acordo com a necessidade de cada centro. Esses relatórios podem ser visualizados graficamente ou através de tabelas. Também podem ser impressos ou exportados para planilha Excel ou qualquer outro banco de dados.

Passamos por várias fases de estruturação e testes, e no mês de agosto de 2015, o sistema foi inicializado. Estão disponíveis 2 plataformas: uma para treinamento, <https://www.mskbrazil.net.br/training/> onde o profissional tem a possibilidade de testar e praticar os recursos disponíveis e o manejo desta ferramenta e outra para inserção de dados reais <https://www.mskbrazil.net.br/> . No Brasil, já foram treinados 25 profissionais de diferentes regiões do país.

O acesso ao software é livre à profissionais envolvidos no tratamento da pessoa com hemofilia e não há custo para utilização do mesmo. O acesso é realizado através de senha e o cada centro tem a possibilidade de administrar permissões ou restrições de uso aos profissionais envolvidos.

As informações registradas neste software são confidenciais e os dados de cada centro só são disponibilizados e visualizados aos profissionais do próprio centro. Atualmente, países como EUA, Japão, Índia e alguns países da Europa demonstraram interesse em conhecer esta ferramenta. Por enquanto, o servidor do software encontra-se na Universidade Estadual de Campinas, mas todos os interessados em hospedar servidor próprio podem fazê-lo caso haja necessidade.

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos a disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Cordialmente,


Prof. Dra. Sara Teresinha Olalla Saad.
Coordenadora do Hemocentro.





Universidade Estadual de Campinas
Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp
Rua: Carlos Chagas, 480
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas-São Paulo-13083-878



Ofício nº 038/2016-Hemo/Hemato

Campinas, 3 de outubro de 2016.

À
Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)
Prof. José Raimundo de Oliveira
Coordenador

Ref. CI-HEMO/COORD Nº 028/16

Prezado Coordenador.

Conforme solicitado segue os responsáveis pelo domínio referente ao ofício 028/16 deste Centro enviado anteriormente:

Profa. Dra. Margareth Castro Ozelo
Matrícula: 304288
Email: margaret@unicamp.br
Telefone: 3521-8395

Janaína Bosso da Silva Ricciardi
Matrícula: 178314
Email: jbosso@unicamp.br
Telefone: 3521-8256

Atenciosamente,

Prof. Dra. Margareth Castro Ozelo
Diretora da Divisão de Hematologia

